

**AO JUÍZO DAS VARAS DE FAMÍLIA E DE ÓRFÃOS E SUCESSÕES DA  
CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DO XXXX/ XX.**

**FULANA DE TAL**, brasileira, solteira, vendedora, sem convívio em união estável, filha de **FULANO DE TAL** e **FULANA DE TAL**, portadora do RG X.XXX.XXX XXX/XX, inscrita no CPF nº XXX.XXX.XXX-XXX, domiciliada no XXXXXX e residente na QE XX - Conjunto X - Lote X - Apartamento X - XXXX XX/XXX, CEP: XX.XX-XXXX, com telefone/celular: XX X XXXX XXXX e e-mail: [XXXXXX@hotmail.com](mailto:XXXXXX@hotmail.com), vem à presença de Vossa Excelência, por intermédio da **DEFENSORIA PÚBLICA DO XXXXXXXXXXXX**, nos termos da legislação vigente ajuizar a presente

**AÇÃO DE ALIMENTOS  
GRAVÍDICOS**

(com pedido de tutela antecipada)

em face de **FULANO DE TAL**, brasileiro, microempresário, solteiro, inscrito no CPF: XXX.XXXX.XXX-XXX, domiciliado no XXXXXX e residente em XXXX XXXXX - Edifício XXXXXX - Avenida XXXXX - Apartamento XXX - CEP: XX.XXX-XX - XXXX XXXX/XXX, com endereço profissional na XXXXXXXXXXXX E XXXXX XXXX. - Rua XXX Sul - Lote XXX - Loja XXX - XXXX XXX/XX - CEP: XX.XX-XXX - ao lado do metrô na Estação XXXXX - inscrita no CNPJ:

XX.XXX.XXX/XXXX-XXX – com telefone comercial: XX XXXX e XXXXX e telefone pessoal: XX X XXXX XXXX, demais dados qualificativos desconhecidos da requerente, pelas razões de fato e direito a seguir expostos.

## **I - DOS FATOS E DO DIREITO**

A parte autora encontra-se grávida de um filho gerado durante relação sexual mantida com a parte ré. O nascimento está previsto para XX/XX/XXXX.

A parte ré é presumidamente genitor do bebê em formação, uma vez que manteve relacionamento sexual com a parte autora no mês de XXX de XXXX.

Para essas hipóteses, a Lei nº 11.804/08 prevê a obrigação de o suposto pai prestar alimentos em valores “**suficientes para cobrir as despesas adicionais do período de gravidez e que sejam dela decorrentes, da concepção ao parto, inclusive as referentes a alimentação especial, assistência médica e psicológica, exames complementares, internações, parto, medicamentos e demais prescrições preventivas e terapêuticas indispensáveis, a juízo do médico, além de outras que o juiz considere pertinentes**” (art. 2º).

Os alimentos gravídicos, ressaltem-se, não pressupõem a prova absoluta da paternidade, admitindo a lei sua fixação com base “**existência de indícios da paternidade**” (art. 6º), os quais

perdurarão até o nascimento da criança, **após o que serão convertidos em pensão alimentícia em favor do menor.**

Os indícios, no caso, acompanham a própria petição inicial, mostrando-se possível a fixação de alimentos provisórios, mediante aplicação analógica do art. 4º da Lei nº 5.478/68.

### **1. Despesas ( presunção e ônus da prova)**

As despesas mensais da autora com a gravidez giram em torno de **R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais) mensais.** Na pior das hipóteses, é fato notório que nos dias atuais uma gravidez não pode ser sustentada com qualidade, com quantia inferior a essa pela necessidade de realização de diversos exames, consultas, uso de medicações, vitaminas, roupas, compra de enxoval etc, razão pela qual dispensável a respectiva prova, nos termos do art. 334, inc. I, do CPC.

### **2. Participação da parte autora**

No que tange à participação da parte autora, esta está desempregada e sem condições de trabalhar. Conta, atualmente, apenas com a ajuda da irmã, que mora na mesma residência.

Além dos gastos com a gravidez, a parte autora paga aluguel e não possui outros filhos.

Portanto, a contribuição do requerido torna-se

imprescindível, especialmente porque a requerente não tem condições de pagar sozinha o enxoval da criança.

### **3. Possibilidade do alimentante (presunção e ônus da prova)**

Quanto à possibilidade da parte ré, ela trabalha como microempreendedor em sua Distribuidora de Bebidas e a parte autora não tem conhecimento da renda mensal por ela auferida.

Registre-se que o requerido possui outra filha menor, atualmente com 13 anos de idade, pelo que a parte autora possui informação, cujo valor da prestação alimentícia é desconhecido pela autora. Ademais, cumpre informar que o requerido paga aluguel, pelo que a autora supõe.

#### **4. Forma de cumprimento da obrigação**

Quanto à forma de cumprimento da prestação, o requerido pode contribuir a título de alimentos para a requerente, com o valor mensal correspondente a **90% (noventa por cento) do salário mínimo vigente**, cujo valor deverá ser depositado na CONTA POUPANÇA de titularidade de fulana de tal, CPF: XXXX.XXX.XXX- XX, no BANCO, Agência: XXXXX, CONTA Nº XXXXXX-X, OPERAÇÃO XXX, até o dia 10 de cada mês.

## **II- DOS PEDIDOS**

Pelo exposto, requer-se:

- a. seja concedida a gratuidade de justiça;
- b. seja invertido o ônus da prova em relação à renda da parte ré, devendo esta exibir perante este Juízo documentos comprobatórios de sua renda, tais como os três últimos extratos bancários e as duas últimas declarações de imposto de renda, esclarecendo, ainda, se

possui outras rendas não documentadas (CPC, art. 373, inc. II e § 1º);

c. sejam desde logo fixados alimentos gravídicos provisórios para a parte autora, mediante aplicação analógica do art. 4º da Lei nº 5.478/68, na mesma quantia e moldes adiante requerido como definitivo, haja vista a presença de indícios suficientes da paternidade;

d. intimação do presentante do Ministério Público na forma da lei;

e. a citação da parte ré para tomar conhecimento e responder à presente ação, intimando-a para que compareça a audiência de conciliação ou mediação a ser designada, nos termos do art. 334 do CPC;

f. a condenação da parte ré ao pagamento de alimentos gravídicos em **quantia equivalente a 90 % (noventa por cento) do salário mínimo**, cujo valor deverá ser depositado, até o dia 10 de cada mês, na conta poupança da requerente: CAIXA, Agência XXXX, XXXXXX-X;

g. após o nascimento com vida, requer que os alimentos gravídicos postulados liminarmente sejam convertidos em alimentos em favor da criança. (§ único do artigo 6º, da Lei 11.804/2008);

h. condenação da parte requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, a serem revertidos em favor do Fundo de Aparelhamento da Defensoria Pública do XXX - XXX, cujo valor deverá ser depositado no Banco. - XXX, Código do banco XXX, Agência XXX, conta XXXXXX-X.

**III - COMPROVAÇÃO DOS FATOS ALEGADOS (art. 319, inc. VI, do CPC):**

| <b>FATO</b>  | <b>PROVAS</b>   |   |
|--|---|---|
|  | <b>EM ANEXO</b>   | <b>DURANTE A INSTRUÇÃO</b>                            |
| Gravidez   | - laudo médico  |   |
| - Relacionamento entre as partes em período compatível com a concepção   | - fotografia  | - depoimento da parte ré;<br>- oitiva de testemunhas. |
| - Despesas mensais com a gravidez  | - Prova dispensada, por tratar-se de fato notório (art. 374, inc. I, CPC) |   |
| - Capacidade contributiva da parte autora  |   |   |
| - Capacidade contributiva da parte ré, embora o ônus de provar a incapacidade seja dela, consoante sustentado na petição | - fotografia  |   |



Requer provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, especialmente pelos documentos anexos e pelas testemunhas abaixo arroladas.

Por fim, a parte autora informa que concorda com a realização de audiência on-line e declara que aceita receber informação via WhatsApp e por e-mail e que foi orientada a baixar e realizar cadastro no aplicativo XXXXXXXX, utilizado pelo XXX para realização de audiências virtuais.

Considerando que o Juízo intimará as partes para a realização do ato tanto via WhatsApp como por e-mail, seguem os dados para que a intimação seja realizada:

**Nome:** FULANA DE TAL – WhatsApp: XX X XXXX-XXX – E-mail: [XXXXXXXX@hotmail.com](mailto:XXXXXXXX@hotmail.com);

**Nome:** FULANO DE TAL –WhatsApp: XX X XXXXXXXX – E-mail: sem informação sobre o e-mail.

Atribui à causa o valor de R\$ 11.880,00 (onze mil, oitocentos e reais).

**XXXXXXXXXXXXXXXXXX**

Defensora Pública

**ROL DE TESTEMUNHAS:**

NOME: FULANA D E TAL

ENDEREÇO: QE XX - Conjunto XX - Lote XX -  
Apartamento XXX - XXX XX/XXX.

CEP: XX.XXX-XXX

TELEFONE: XX. X XXXXXXXXX

NOME: FULANA DE TAL

ENDEREÇO: QE XX - CONJUNTO X - LOTE XX - X/X -  
XXXX/XX. CEP: XX.XXX-XXX

TELEFONE: XX. X XXXXXXXXX

